

Ministro admite que "não pode dar o mesmo padrão de educação para todos"

por Nora Gonzalez
de São Paulo

A crise do ensino brasileiro foi o principal tema de debate ontem no V Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) no hotel Cá d'Oro, em São Paulo. Segundo a maioria dos participantes, o Brasil tem número de escolas e de vagas suficientes para atender à população e não há necessidade de construir novos estabelecimentos mas apenas de melhorar o nível dos professores.

A polêmica ficou por conta do ministro da Educação, Murílio Hingel que afirmou que o governo "não pode dar o mesmo padrão de ensino a todos". A frase provocou uma reação negativa dos representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) defensores da necessidade de melhoria na qualidade de ensino.

"O acesso à escola está universalizado, pois dos 5% que não têm acesso 4% vivem no Nordeste rural miserável, onde a educação está longe de ser a primeira prioridade. Lá faltam água e comida. Este é, portanto, um problema local e não nacional", disse Sérgio Costa Ribeiro, do CNPq. Segundo ele, 90% das crianças de 9 a 10 anos estão freqüentando a escola no Brasil, e mesmo aos 17 anos ainda há 22% de uma geração na escola de primeiro grau. Ribeiro contesta os projetos assistencialistas que pretendem manter as crianças na escola através de, por exemplo, merenda escolar, assim como os índices de evasão escolar, que ele considera, em muitos casos, como de repetência. "A denúncia de repetência incomoda a corporação dos professores e expõe seu descompromisso com a promoção de seus alunos, além de mostrar que a incompetência da escola está fortemente associada à má formação do professor e ao seu salário", disse ele ao apresentar seu trabalho "Educação e Cidadania".

A professora Azuete Fogaça, do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que o novo paradigma tecnológico transforma o baixo nível de qualificação que caracteriza a mão-de-obra brasileira.



Murílio Hingel

ra num fator restritivo à expansão de um parque industrial moderno e competitivo. Segundo ela, seriam necessários mais recursos para a universalização e melhoria da qualidade do ensino básico.

Nelson do Valle Silva, também do CNPq, falou sobre a situação social da população negra, com a tese de que "no Brasil, a destituição social não é lacônica". Segundo ele, enquanto em São Paulo a proporção de brancos e amarelos carentes é praticamente idêntica, em torno de 4%, os negros representam 12,3% e os pardos 8,7%. O nível educacional do chefe de família está estreitamente vinculado à incidência da carência, que chega a 2,2% nas famílias onde o chefe tem pelo menos nove anos de escolaridade e sobe para 46,5% quando não há instrução formal. Segundo ele, entretanto, não há sugestão de política pública corretiva, além da óbvia necessidade de uma maior consciência pública. "Mais investimento em análise sociológica e econômica sobre a questão da discriminação se faz necessário", disse Silva.

O ministro Hingel falou ao encerrar a sessão, fazendo um balanço de seus sete meses à frente da pasta e frisando a necessidade de se descentralizar a educação, estimulando a parceria com estados, municípios e com a sociedade. O mesmo disse o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, para quem deve haver uma nova definição da Federação, com transferência das atribuições do governo federal para estados e municípios. "A União deveria apenas formular as regras gerais da educação", disse.